

#### SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA



12-03-2025

Relatório da Mesa Administrativa 2024





#### Índice

1.	Órga	ăos Estatutários	. 4
2.	Intro	odução	. 6
3.	Enq	uadramento macroeconómico, externo, interno e do setor da Instituição	. 7
3	3.1.	A Economia Mundial	.7
3	3.2.	A Economia Portuguesa	12
4.	Anál	lise da Atividade da Instituição	14
4	1.1.	Rendimentos e Gastos	14
	4.1.1	. Administração	18
	4.1.2	. Igreja	18
	4.1.3	. Mortuária	18
	4.1.4	. Farmácia	18
	4.1.5	. Unidade de Cuidados Continuados	19
	4.1.6	. Centro de Dia da Guarda	19
	4.1.7	Lar na Guarda	19
	4.1.8	Lar na Vela	20
	4.1.9	Creche e Jardim de Infância	21
	4.1.1	0. Centro de Atividades e Tempos Livres	21
	4.1.1	1. Conservatório de Música de São José da Guarda	21
	4.1.1	2. Análise Global	22
4	.2.	Ativo, passivo e situação líquida	22
4	.3.	Atividades de investigação e desenvolvimento	23
4	.4.	Principais riscos e incertezas	
4	.5.	Questões ambientais	24
4	.6.	Questões relativas a trabalhadores	24
4	.7.	Existência de Sucursais	25
4	.8.	Situação perante a Segurança Social e Estado	25
4	.9.	Gestão de Riscos Financeiros	25
4	.10.	Negócios entre a Santa Casa da Misericórdia da Guarda e os seus Órgãos Sociais	25
4	.11.	Rácios	25
5.	Facto	os Relevante ocorridos após o final do exercício	26







6.	Evolução Futura	26
7.	Aplicação de Resultados	27





#### 1. Órgãos Estatutários

Em 31 de Dezembro de 2024

#### MESA da ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: José António Fonseca de Carvalho (Irmão n.º 796)

1.º Secretário: Rita Maria Leitão da Cunha Vilar (Irmã n.º 870)

2.º Secretário: Alina Castanheira Marques Borges Soeiro (Irmã n.º 848)

Vogal Suplente: Paula Helena Saenz M. Carinhas Camilo (Irmã n.º 525)

Vogal Suplente: Paulo Jorge Guerra Barreiros (Irmão n.º 732)

Vogal Suplente: António Júlio Antunes (Irmão n.º 654)

#### **MESA ADMINISTRATIVA**

Provedor: Jorge Manuel Monteiro da Fonseca (Irmão n.º 396)

<u>Vice-Provedor</u>: Henrique José Baptista Pissarra Monteiro (Irmão n.º 378)

Secretário: Carla Raquel Fernandes Freire Monteiro (Irmã n.º 884)

Tesoureiro: José Manuel Gonçalves Marques (Irmão n.º 862)

Vogal: Marisa Santiago dos Santos (Irmã n.º 722)

Vogal: João Bernardo Rebelo Marques (Irmão n.º 941)

Vogal: Goreti Maria dos Anjos Vicente (Irmã n.º 961)

Vogał Suplente: Maria Helena Pilão Ferreira (Irmã n.º 773)

Vogal Suplente: Victor Manuel Elias Figueiredo (Irmão n.º 239)

Vogal Suplente: João Fernando Marques dos Santos (Irmão n.º 635)



#### **CONSELHO FISCAL**

Presidente: Ana Cristina Gomes Vieira (Irmã n.º 936)

Vice-Presidente: António Júlio Gonçalves dos Santos (Irmão n.º 814)

Secretário: Teresa Lopes Jacinto Rodrigues (Irmã n.º 783)

Suplente: João Alberto Cabral Tomás (Irmão n.º 935)

Suplente: Artur Gonçalves Conde (Irmão n.º 975)

Suplente: Ricardo Manuel de Oliveira Leitão Malcatanho (Irmão n.º 698)



#### 2. <u>Introdução</u>

Nos termos do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, apresentamos as contas e correspondente relatório do ano de 2024.

Na observância dos objetivos definidos no Compromisso e na sequência de anos anteriores, procurámos corresponder às necessidades das pessoas que vivem no meio onde nos inserimos e promover, em simultâneo, a melhoria da organização interna e a modernização técnica do seu funcionamento, evoluindo na promoção da eficiência e eficácia das ações desenvolvidas com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população, não descurando a indispensável economia de meios.

Visando assegurar a melhor resposta aos mais desfavorecidos, na invalidez, na velhice, na juventude e na infância, continuámos o esforço de renovação e conservação das diversas respostas sociais.

No contexto atual de dificuldades económicas e sociais, que exige uma constante adaptação à mudança, destaco a colaboração dos trabalhadores que todos os dias ajudam a Santa Casa a executar da melhor forma todas as suas respostas sociais, bem como a colaboração de todos os Irmãos que contribuem de forma prestimosa para o cumprimento do nosso Compromisso.

O Provedor

(Jorge Manuel Monteiro da Fonseca)







#### 3. Enquadramento macroeconómico, externo, interno e do setor da Instituição

#### 3.1. A Economia Mundial

Em 2024, a economia global evidenciou um crescimento sólido, contudo, a moderar e desigual entre diferentes regiões, tanto em termos de atividade económica, como de inflação. Países como os EUA, a Índia ou o Brasil superaram as expetativas, enquanto regiões como a Área Euro, e países como o Reino Unido e o Japão, registaram taxas de expansão baixas ou irregulares, com a China a passar por um contexto de arrefecimento. No que diz respeito à evolução dos preços, assistiu-se, em termos gerais, a um ritmo de desinflação mais lento devido ao contributo elevado dos preços nos serviços.

O ano foi também caracterizado por uma mudança significativa da política monetária. Quase todos os bancos centrais de economias desenvolvidas iniciaram ciclos de flexibilização, reduzindo as taxas diretoras pelo menos uma vez. O processo de ajuste foi gradual, embora se tenha testemunhado algumas surpresas. A Reserva Federal dos EUA decretou uma primeira descida de 50 p.b. em setembro, enquanto o Banco Central Europeu e o Banco Central da China implementaram um número maior de cortes do que o antecipado. Destaque também para o Banco do Japão por ter colocado um ponto final à política de taxas de juro negativas, com os primeiros agravamentos desde 2007.

A vertente geopolítica ganhou ainda preponderância e visibilidade devido à persistência e à intensificação das tensões internacionais. Realce, nomeadamente, para os conflitos armados na Ucrânia e no Médio Oriente que, entre outros, geraram graus de incerteza cada vez mais elevados.

Em termos políticos, 2024 foi o "Ano das Eleições". Uma parte considerável da população mundial participou em atos eleitorais. Entre os principais, no Reino Unido o Partido Trabalhista obteve uma vitória esmagadora nas eleições parlamentares, enquanto em França, o resultado culminou em um parlamento fragmentado e, posteriormente, num impasse orçamental que levou à queda do governo. As eleições mais significativas tiveram







lugar nos EUA, marcadas pelo regresso do ex-Presidente Donald Trump e da sua agenda protecionista.

Após um final de 2023 relativamente benigno para a maioria das classes de ativos, com os investidores otimistas que a moderação dos preços iria permitir a redução substancial da restritividade da política monetária, o início de 2024 foi caracterizado pela continuação do desempenho positivo, sobretudo ao nível dos mercados acionistas, com alguns a alcançar novos máximos históricos. Para tal contribuiu a maior confiança dos investidores no processo desinflacionista em curso, com a inflação nos EUA a diminuir para o valor mais baixo desde 2021, num contexto de resiliência económica.

Contudo, os principais bancos centrais mantiveram-se relativamente cautelosos, indicando que a restritividade das políticas monetárias seria, por enquanto, para manter, sendo prematuro esperar no curto prazo por cortes de taxas diretoras. Esta perspetiva condicionou, não só em janeiro, mas também em fevereiro, a evolução dos mercados obrigacionistas, na medida em que culminou na diminuição das expectativas de mercado quanto a eventuais cortes das taxas de juro. Em contraposição, manteve-se o desempenho positivo da classe de ações, suportada, adicionalmente, pela apresentação de resultados genericamente positivos, dada a proporção de empresas com números acima do esperado, em especial no segmento de inteligência artificial e semicondutores. Em março, conforme o esperado, tanto a Fed, como o BCE, mantiveram inalteradas as taxas diretoras. Revelaram, no entanto, predisposição para reduzir o grau de restritividade na segunda metade do ano, embora as evidências espelhassem o abrandamento do ritmo desinflacionista, com estas autoridades a salientar os riscos para a atividade decorrentes do carácter restritivo da sua política monetária.

Neste enquadramento, destacaram-se os novos máximos alcançados por alguns mercados acionistas e a tendência de depreciação do iene, penalizado pela expectativa de o BoJ persistir numa estratégia monetária ultra-acomodatícia, apesar de ter decretado o primeiro aumento das taxas em 17 anos. Já em abril, o recrudescimento dos riscos geopolíticos, com a ofensiva militar do Irão contra Israel, reacendeu os receios de escalada





do conflito no Médio Oriente e que esta pudesse ter repercussões no custo das matériasprimas e nas cadeias de fornecimentos globais. No entanto, as cotações do petróleo permaneceram estáveis.

Em paralelo, nos EUA assistiu-se a algumas evidências de uma nova aceleração da inflação, o que afetou a confiança no processo de moderação do crescimento dos preços, tendo a Fed admitido inclusivamente, que poderia não ser apropriado, no curto prazo, cortes das taxas diretoras. Em contraste, o BCE sinalizava a possibilidade de descida das taxas dado o panorama mais benigno da inflação e a estagnação económica na Área Euro.

Todavia, após os principais mercados financeiros terem sido penalizados pelo aumento da incerteza sobre o contexto geopolítico e monetário, em maio recuperaram parte dessas perdas, com alguns a atingirem novamente máximos, como foi o caso do índice de referência para as ações dos EUA. Embora o crescimento da economia mundial estivesse a desacelerar, a manutenção de níveis de consumo sólidos, possibilitada pela robustez do mercado de trabalho, continuou a gerar suporte aos resultados empresariais. Tal dinamismo da procura, enquanto dificulta o processo de desinflação em curso, poderá reduzir a margem disponível que tanto o BCE, como a Fed, dispõem para cortarem as taxas de juro.



Figura 2 - Instalações BCE



Con N

#### Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Contudo, nos EUA, durante o mês de junho, verificou-se um maior otimismo quanto à viabilidade de o banco central iniciar ainda este ano um período de flexibilização da sua política monetária, possibilitado pelas evidências de continuação do processo desinflacionista. Em concreto, os indícios de redução das pressões inflacionistas foram visíveis nos dados mensais de variação de preços no consumidor norte-americano, tendo sido divulgada em julho, inclusive, a primeira leitura negativa em quatro anos.

Na Área Euro, já no início desse mês, o BCE, perante a perspetiva da inflação convergir para o seu objetivo e o crescimento anémico da atividade na região, havia cortado as taxas diretoras, pela primeira vez em cerca de 5 anos. Esta decisão, apesar de já antecipada, contribuiu para gerar algum suporte não apenas aos ativos de risco europeus, como também à classe de rendimento fixo. Em resultado, no final de junho o mercado descontava que, até dezembro de 2024, a Fed e o BCE iriam decretar pelo menos dois cortes, de 0,25 p.p., das taxas diretoras.

Adicionalmente, salientou-se a decisão histórica de renúncia à recandidatura do presidente dos EUA em funções, o que acabou por fomentar alguma incerteza sobre o futuro político da maior economia do mundo. A esta somou-se a preocupação quanto à deterioração do mercado de trabalho, perante o relatório de emprego de julho, onde se observou um aumento da taxa de desemprego acima do esperado, penalizando, no início de agosto, os principais índices acionistas. Contudo, o sentimento negativo foi-se dissipando, com os referidos índices a reverterem as perdas iniciais.

Para tal demonstrou-se relevante as evidências de robustez no setor dos serviços e a relativa estabilidade, em valores baixos, dos pedidos de subsídio de desemprego, contrariando, assim, a perspetiva mais alarmista sobre a situação do mercado de trabalho e, portanto, tornando demasiado exageradas as preocupações de uma iminente recessão na economia norte-americana. Em agosto, o BCE voltou a decretar a redução das taxas diretoras, em 0,25 p.p., tendo o presidente da Fed, também nesse mês, perante a perspetiva da inflação manter uma trajetória descendente em direção a 2%, afirmado que "chegou o momento de ajustar" a política monetária, acabando por ser decidido, logo no







Conselho de Governadores de setembro, um corte de 0,50 p.p., o que possibilitou a continuação da valorização da classe obrigacionista.

Em paralelo, os mercados acionistas registaram ganhos, beneficiando do incremento da confiança dos investidores na resiliência da economia dos EUA e devido às medidas de estímulo anunciadas pelas autoridades da China. Posteriormente, em outubro, os indicadores económicos divulgados evidenciaram maior robustez da economia do que a esperada, em especial nos EUA, o que contribuiu para a desvalorização da classe de obrigações e para a apreciação do dólar, já que o BCE continuou a demonstrar uma maior predisposição para proceder à flexibilização da política monetária, tendo, inclusivamente, reduzido nesse mês as taxas pela terceira ocasião em 2024.

O mercado de ações, por seu turno, permaneceu condicionado pela menor convicção de cortes das taxas pela Fed e pelas incertezas relativas ao desfecho das eleições presidenciais norteamericanas, pelo que, em novembro, a vitória do candidato Republicano, Donald Trump, gerou um maior otimismo sobre as perspetivas do crescimento económico, na medida em que o novo presidente defendeu, durante a campanha eleitoral, a redução de impostos e da carga regulatória. Este maior otimismo acerca da economia norte-americana resultou na continuação do desempenho positivo do dólar e do índice de referência para as ações dos EUA. Em contraposição, o receio da possibilidade de aplicação de tarifas sobre as importações dos EUA penalizou o desempenho do mercado acionista de outras regiões, tais como o europeu e o chinês. Em paralelo, a antevisão de políticas fiscais expansionistas condicionou a evolução da classe obrigacionista, que, porém, registou ganhos, embora modestos, ao ser favorecida pelo corte das taxas diretoras decretado pela Fed. Por fim, até ao momento, no mês de dezembro destacam-se os desempenhos dos principais mercados acionistas, com os de algumas regiões a situarem-se em máximos históricos.

<u>Fonte</u>: Caixa Geral de Depósitos - <a href="https://www.cgd.pt/Site/CXA/Caixa-gestao-ativos/Economia-Mercados/Pages/Retrato-2024.aspx".">https://www.cgd.pt/Site/CXA/Caixa-gestao-ativos/Economia-Mercados/Pages/Retrato-2024.aspx</a>".







#### 3.2. A Economia Portuguesa

O produto interno bruto português cresceu 1,9% em 2024, de acordo com uma estimativa do Instituto Nacional de Estatística (INE) publicada a 30 de janeiro. O consumo das famílias foi o motor do crescimento da economia nacional no ano passado.

Este número supera a maioria das projeções de instituições nacionais e internacionais e até a do Governo, que previa um crescimento de 1,8% para o ano passado.

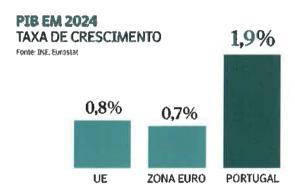


Figura 3 - Taxa crescimento PIB

O Ministro de Estado e das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, numa declaração na Assembleia da República, a 15 de janeiro afirmou que «os números do quarto trimestre foram significativamente bons. Houve uma aceleração económica» que «traz maior robustez na previsão de crescimento económico para 2025 de 2,1%». Miranda Sarmento reafirmou também que a meta do Governo no saldo das finanças públicas, é a de obter excedentes de 0,4% do PIB em 2024 e de 0,3% em 2025.

<u>Fonte:</u> "https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/noticia?i=economia-cresce-19-em-2024-acima-da-estimativa-do-governo"



Assim, em termos nominais, o PIB aumentou 6,3% em 2024 (9,8% em 2023), atingindo cerca de 285 mil milhões de euros. Anteriormente, o INE calculou em 2,5% a subida do PIB em 2023, revista agora para 2,6%.

A economia portuguesa, em 2024, teve um impulso da procura interna que deu um contributo de 2,5 pontos percentuais, compensando o contributo negativo em 2024 da procura externa (-0,6 pp).

O consumo privado, as despesas das famílias, aumentou 3,2% em 2024, em termos reais, mais 1,3 pontos que no ano anterior. Os gastos com bens não duradouros e serviços subiram 3,4%, enquanto nos bens duradouros cresceu "apenas" 1,6% em 2024 (tendo em conta que em 2023 tinha aumentado 7,6%).

O consumo público também acelerou, mas bem abaixo do consumo privado. O consumo público subiu 1,1%, quando em 2023 tinha aumentado 0,6%.

No conjunto da economia o investimento, aumentou 1,7%, menos que os 2% de 2023.

Mas foram estas componentes a puxar pelo PIB em 2024, já que a procura externa teve um contributo negativo de 0,6 pontos. O crescimento das exportações desacelerou de 3,8% para 3,4%, enquanto as importações de bens aumentaram 5,3% (face aos 1,1% em 2023) e as dos serviços 2,4% (4,7% em 2023).

Mas se olharmos para o quarto trimestre em pormenor verificamos que o impulso dado pelo consumo privado foi maior. As despesas das famílias cresceram 5,1% em termos homólogos, com aceleração nas compras de bens não duradouros e também nos duradouros.

O último trimestre trouxe aos portugueses mais rendimento mensal, com a revisão das tabelas de revisão do IRS, além do pagamento de um suplemento extraordinário aos pensionistas em outubro.

Esta componente do consumo privado permitiu que a procura interna crescesse, em termos homólogos, 3,1%. É que o consumo público cresceu apenas 0,9%. Além disso, assistiu-se, mesmo, a uma queda homóloga do investimento (-0,9%).



XA

#### Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Para o comportamento do investimento, nota-se uma desaceleração na formação bruta de capital fixo para 0,7%, apesar do contributo menos negativo dos stocks.

Com os dados referentes ao último trimestre de 2024 melhores do que o esperado, antecipase já um efeito contágio para 2025 que poderá permitir uma subida do PIB melhor do que a projetada. Miranda Sarmento, ministro das Finanças, já admitiu poder atingir-se, este ano, um crescimento de 2,5%.

<u>Fonte</u>: "https://observador.pt/2025/02/28/economia-portuguesa-cresceu-19-em-2024-confirma-ine/"

#### 4. Análise da Atividade da Instituição

#### 4.1. Rendimentos e Gastos

A Santa Casa continua a apresentar uma estrutura financeira e económica saudável. Verificase que o ativo corrente (1.482.602,73 Euros) é ligeiramente superior ao passivo corrente (1.478.473,00 Euros) situação que revela alguma capacidade de honrar os compromissos de curto prazo.

O resultado líquido, no período de 2024, foi negativo em 490.080,08 Euros, piorando o resultado obtido no período de 2023, também negativo de 332.203,33 Euros. Os resultados negativos obtidos, ainda mais negativos do que o ano passado, resultam, sobretudo, do aumento dos Gastos com o Pessoal inflacionados, por via do aumento do salário mínimo naional, 242.979,11€, 8,16% em termos relativos, no ano de 2024, face a 2023, do aumento da rubrica Gastos Reversões de depreciação e de amortização que aumentaram, no período homologo, 140.268,60€, como consequência da empreitada de requalificação da ERPI Guarda, também se destaca o aumento da rubrica Juros e Gastos Similares suportados no ano de 2024 face a 2023, em 94.722,92€, também como resultado da empreitada da ERPI Guarda.



arda arda

#### Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Os gastos do ano de 2024 ascendem a 5.572.714,26 €, (contra 4.940.989,16 Euros verificados em 31-12-2023), facto que significa um aumento de 631.725,10 Euros, face a igual período do ano de 2023 devido às rubricas Gastos com o Pessoal, Gastos Reversões de depreciação e de amortização e Juros e gastos similares, pelas razões referidas no paragrafo anterior.

As rubricas de maior significado correspondem aos "Gastos com o Pessoal" (57,79% do total dos gastos), cujo valor ascende a 3.220.533,56 Euros (mais 242.979,11 Euros do que em 2023, representando um aumento de 8,16%, tal como atrás referido), o "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias consumidas" no valor de 1.075.314,20 Euros (19,30% do total dos gastos) e que representa um aumento de 54.006,41 Euros face ao verificado em 2023. A outra componente significativa dos gastos é representada pelos "Forneciments e Serviços Externos" no valor de 837.225,84 Euros (15,02% do total dos gastos) e que, face a 2023, representa um aumento de 82.713,40 Euros, resultando um aumento de 10,96% em termos relativos.

No "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas" encontram-se incluídos 501.119,83 Euros que correspondem ao Custo das vendas da farmácia (contra 499.130,08 Euros verificados em 2023), sendo que as vendas da farmácia totalizam, em 2024, 666.429,77 Euros contra 651.401,52 Euros verificados em 2023, verificando-se um aumento de 2,31%.

Ao nível dos rendimentos e ganhos são de destacar as receitas obtidas associadas ao débito aos utentes das mensalidades e comparticipações obtidas de organismos oficiais no âmbito dos acordos existentes e que somam 4.175.207.25 Euros (contra 3 629 540,74 Euros verificados em 2023), representando um aumento de 15,06%.

Os rendimentos obtidos associados a arrendamentos atingem o montante de 100.988,26 Euros em 2024, quando no ano de 2023 foram de 95.469,16 Euros, verificando-se assim um aumento de 5.519,10 Euros (5,7%).



# Resultados Por Valência

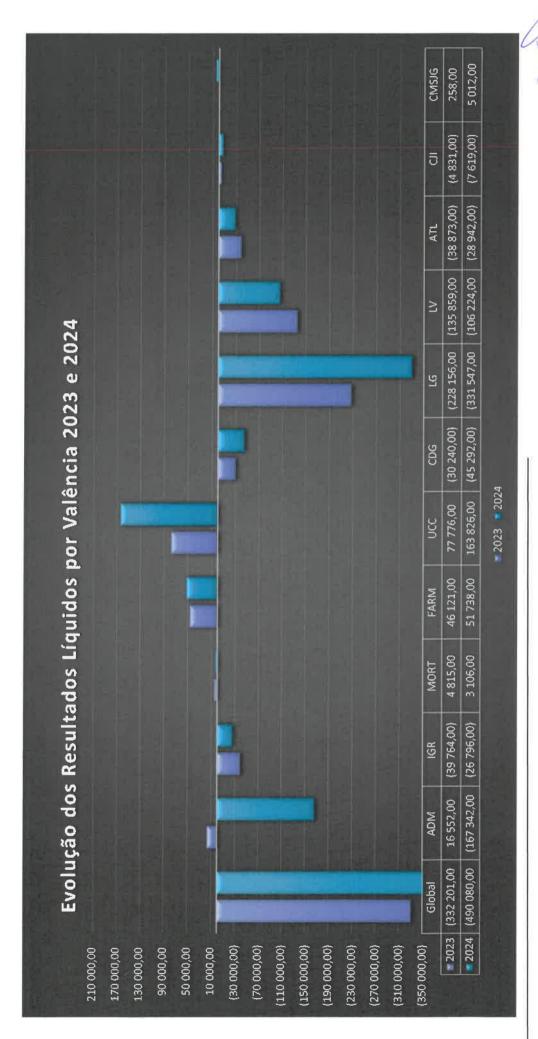
**CONTAS DE GERÊNCIA POR VALÊNCIA 2024** 

CONTAS	GLOBAL	ADM	IGR R	MORT	FARM	OON	cDG	១	2	ริ	ATL	CMSJG
Vendas e serviços prestados	4 795 369	8 511	0	4 947	666 430	1 407 694	27 020	731 976	945 089	290 412	110 260	603 030
Subsidios, doações e legados à exploração	47 194	1 000	0	0	0	0	0	8 992	0	22 202	0	15 000
Variação nos inventários da produção	O	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhos para a própria entidade	٥	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Custos das mercadorias vendidas e das matérias cons	-1 075 314	0	0	0	-501 120	-193 202	-10 215	-126 554	-178 386	-38 088	-25 955	-1 794
Fomecimentos e serviços externos	-837 227	-97 454	-18 761	-1 841	986 6-	-211 838	-10 703	-184 872	-176 632	-48 877	-29 247	-47 616
Gastos com o pessoal	-3 220 534	-160 961	-24 173	0	-99 547	-795 164	-50 101	-561 582	-672 164	-227 045	-71 204	-558 593
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0	0	0	0	0	0	ò	0	0	0	0	0
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)	-4 512	-29	0	0	0	4 191	-97	0	\$	0	-111	0
Provisões (aumentos/reduções)	-5 264	0	0	0	0	0	0	0	-5 264	0	0	0
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras imparidades (perdas/reversões)	0	0	0	0	0	0	0	Q	0	0	0	٥
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0	0	0	0	0	Q	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	239 760	130 976	21 959	Ŷ	1 840	11 475	0	71 151	0	2 107	132	120
Outros gastos e perdas	-19 435	-7 542	0	0	-5 649	4 679	0	-443	-11	-196	0	-915
Resultado antes de depreciações, gastos de finan	-79 963	-125 499	-20 975	3 106	52 568	210 095	44 096	-61 332	-87 452	515	-18 125	9 232
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-307 324	41 992	-5 821	٥	-830	-46 269	-1 196	-167 250	-18 772	-8 133	-12 817	-4 244
Resultado operacional (antes de gastos de financi	-387 287	-167 491	-26 796	3 106	51 738	163 826	-45 292	-228 582	-106 224	-7 618	-28 942	4 968
Juros e rendimentos similares obtidos	313	287	0	0	Q	0	0	2	0	0	0	24
Juros e gastos similares suportados	-103 106	-138	0	0	0	0	0	-102 967	0	₹	0	0
Resultados antes de impostos	-490 080	-167 342	-26 796	3 106	51 738	163 826	-45 292	-331 547	-106 224	-7 619	-28 942	5 012
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período	-490 080	-167 342	-26 796	3 106	51 738	163 826	-45 292	-331 547	-106 224	-7 619	-28 942	5 012

Página 16

Relatório da Mesa Administrativa Ano 2024





Página 17





#### 4.1.1. Administração

A administração tem, essencialmente, como proveitos, as rendas de edifícios e terrenos, os juros dos depósitos a prazo e as quotizações dos irmãos. Como custos, são de destacar, os Gastos com o Pessoal dos Serviços Administrativos e os Fornecimentos e Serviços Externos inerentes aos mesmos serviços. No ano em análise, verificou-se uma diminuição dos resultados positivos invertendo para negativos, no valor de 167.341,74€. no entanto, é de notar que o ano anterior foi um ano excecional, obtendo esta valência um resultado positivo de 16.551,70€, essencialmente devido ao aumento da Rubrica Outros Rendimentos, como consequência da venda de 5 casas do Bairro 25 de abril, à Câmara Municipal da Guarda, pelo valor de 170.000€.

#### 4.1.2. Igreja

A Igreja tem como receita as esmolas e como principais despesas os Gastos com o Pessoal e com o aquecimento da Igreja. O resultado de 2024, nesta valência, é deficitário em 26.795,66 Euros, menos 12.968,39 Euros, de prejuízo, em relação ao resultado do ano de 2023. A explicação desta melhoria são a diminuição dos Gastos com o Pessoal em 7.292,03€ e o aumento das esmolas em 8.282,04€.

#### 4.1.3. Mortuária

A Mortuária tem como principal receita a utilização das próprias instalações e como principais custos a água e a eletricidade e apresenta um resultado positivo, em 2024, de 3.106,03 Euros.

#### 4.1.4. Farmácia

As vendas da Farmácia em 2024 perfizeram a 666.429,77 Euros, verificando-se um aumento de 2,31% relativamente a 2023. Os Custos das Mercadorias vendidas foram de 501.119,83 euros e os Gastos com o Pessoal foram de 99.547,10 Euros, representando esta última rubrica um aumento





de 7.429,60 Euros, em relação a 2023. O lucro da Farmácia, em 2024, foi de 51.738,49 euros, tendo aumentado 12,18% relativamente a 2023.

#### 4.1.5. Unidade de Cuidados Continuados

A rubrica Prestações de Serviços, em 2024, perfez o valor de 1.407.694,48 Euros, contrastando com o valor de 2023, que foi de 1.296.285,91 Euros, tendo tido um aumento de 8,59%. Quanto aos custos, são de destacar os Gastos com o Pessoal no valor de 795.164,14 Euros, aumentando, em relação a 2023, em 3,35%, os Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas com 193.202,35 Euros e os Fornecimentos e Ferviços Externos com 211.837,41 Euros. O lucro, em 2024, desta valência, foi de 163.826,15 Euros, sendo que em 2023 esse resultado foi de 77.776,13 Euros, verificando-se um aumento do resultado em 110,64%. Este aumento dos resultados justifica-se pelo aumento do valor médio da diária em 8%, por acordo com os Ministérios da Segurança Social e da Saúde.

#### 4.1.6. Centro de Dia da Guarda

Com uma média de 6 utentes em 2024, menos 5 utentes em relação ao ano de 2023, tendo terminado o ano com 3 utentes, o Centro de Dia da Guarda obteve um prejuízo o de 45.292,05 Euros, em 2024, aumentando o prejuízo, em 49,77%, relativamente a 2023. Este incremento de resultado negativo deve-se, essencialmente, à diminuição do número de utentes (11 em 2023 e 6 em 2024) que levou a Mesa Administrativa a encerrar esta resposta social, no passado dia 31 de dezembro.

#### 4.1.7. Lar na Guarda

Pese embora o aumento do número de utentes, 54 em 2024 face a 43 utentes em 2023, os resultados desta valência pioraram como explicaremos a seguir. As Vendas e Prestações de Serviços e Subsídios, Doações e legados à Exploração, do Lar na Guarda, em 2024, foram de 740.968,40 Euros que significaram um aumento de 53,20% em relação a 2023. Quanto aos custos,







são de destacar os Gastos com o Pessoal com 561.582,26 Euros que significaram um aumento de 18,84%, em relação a 2023, onde foram de 472.567,09 Euros, os Fornecimentos e Serviços Externos com 184.871,81 Euros, aumentaram 79,89% e os Custos das Mercadorias Vendidas, no ano de 2024, foram de 126.554,03 Euros, aumentando em 21,15%. No ano de 2024 é de destacar o aumento dos Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização em 127.736,84 Euros, fruto da entrada em funcionamento do Lar na Guarda. Assim, no ano de 2024, o Lar na Guarda teve um resultado negativo de 331.547,65 Euros. Trata-se, de certa forma, do ano de arranque desta valência, no que diz respeito às novas Instalações. Terminada que foi a empreitada, esta valência é penalizada em 167.249,47 Euros de Gastos/reversões de depreciação e de amortização e com 102.966,70€ a título de juros pelo empréstimo bancário contraído.

#### 4.1.8. Lar na Vela

Com uma média anual de 85 utentes, as Vendas, Prestações de Serviços e Subsídios, Doações e Legados à Exploração do Lar na Vela, em 2024, perfizeram 945.088,88 Euros, ou seja, mais 83.109,70 Euros do que no ano de 2023, representando um aumento de 9,64%. No que diz respeito aos custos, são de destacar os Gastos com o Pessoal no valor de 672.164,44 Euros o que representa um aumento, em termos relativos de 12,75%, em relação a 2023, ano em que totalizou o valor de 596.165,67 Euros. Os Fornecimentos e Serviços Externos, no valor de 176.632,00 Euros, tiveram uma diminuição de 22,10% e os Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, em 2024, totalizaram o valor de 178.385,74 Euros, representando um aumento de 9,81%. Em 2024, o Lar na Vela teve um resultado líquido negativo de 106.224,40 Euros, representando um aumento dos resultados negativos de 29.635.34 Euros face ao ano de 2023.





#### 4.1.9. Creche e Jardim de Infância

A Creche e Jardim de Infância apresenta, em 2024, um saldo negativo de 7.619,80 Euros, tendo aumentado, no sentido negativo, em 57,72%, relativamente a 2023. Esse resultado deve-se essencialmente ao da rubricas Gastos com o Pessoal, bem como ao aumento do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas. A rubrica Gastos com o Pessoal aumenta por via da atualização das tabelas salariais e também como consequência do aumento do Salário Mínimo Nacional. Assim, os Gastos com o Pessoal, que foram de 216.990,47 Euros em 2023, aumentaram para 227.045,15 € em 2024, ou seja, houve um aumento de 10.054,68 Euros para esta rubrica (4,63% em termos relativos). Quanto à rubrica Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas a mesma perfez, em 2024, 38.087,66 Euros, face a 26.495,88 Euros em 2023, ou seja, mais 11.591,78 Euros.

#### 4.1.10. Centro de Atividades e Tempos Livres

O Centro de Atividades e Tempos Livres apresenta, em 2024, um prejuízo de 28.941,78 Euros, representando um diminuição dos resultados em 25,55%, em relação a 2023, ano em que o resultado negativo foi de 38.872,72 Euros. Esta diminuição do resultado líquido negativo, justificase, essencialmente, pelo aumento das Vendas e Prestações de Serviços em 19.050,25 Euros, no ano de 2024 face ao ano de 2023.

#### 4.1.11. Conservatório de Música de São José da Guarda

O Conservatório, no ano de 2024, viu o seu resultado líquido aumentar em 4.754,49 Euros, passando dos 257,84 Euros positivos, verificados em 2023, para os 5.012,33 Euros positivos em 2024. Este aumento dos resultados, em grande parte, justifica-se pelo aumento dos subsídios, doações e legados à exploração e das vendas e Prestações de Serviços em 68.311,21 Euros face ao ano de 2023.





#### 4.1.12. Análise Global

Fazendo uma análise global às contas da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, pode-se concluir que os resultados líquidos verificados em 2024, com um valor negativo de 490.080,08 Euros, em comparação aos resultados negativos de 2023, no valor de 332.203,33 Euros, se devem, em grande parte, ao aumento da rubrica Gastos com o Pessoal e depreciações, pese embora se tenha verificado um aumento dos valores médios mensais per capita de comparticipação do estado, que não cobrem os acréscimos de gastos. Este efeito é visível no EBITDA (Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto) que passou de negativo em 2023, no montante de 157.051,60 € para negativo, em 2024, de 79.961,07 €.

#### 4.2. Ativo, passivo e situação líquida

A Rubrica créditos a receber, que representa a divida de clientes e utentes, apresenta em 2024 o valor de 80.205,72 Euros e representa um aumento de 16.486,06 Euros, em termos absolutos, e 25,87%, em termos relativos, face ao verificado em 2023.

A Rubrica "Outros ativos correntes" apresenta um saldo de 954.493,56 Euros, menos 315.438,50 Euros face a 2023, essencialmente como resultado do pagamento de 320.686,39 Euros por parte do programa PARES (ver conta 278154).

Quanto aos meios financeiros líquidos, em 2024, os mesmos eram de 264.441,62 Euros e diminuíram 464.015,41 Euros em relação a 2023.

No que diz respeito ao Ativo não corrente este está registado por um valor de 7.332.158,19 Euros, tendo diminuído em 95.139,86 Euros comparativamente a 2023, apresentando uma diminuição relativa de 1,28%, como consequência das depreciações do exercício.

Ao nível do passivo corrente este passou de 1.604.862,02 Euros, em 2023, para 1.478.473,00 Euros em 2024, essencialmente devido à diminuição da rubrica Outros Passivos Correntes, em





consequência da diminuição do crédito da conta 2711- Fornecedores de Investimentos (Saldo Credor de 266,97 Euros em 2024, face a um saldo da mesma natureza de 154.171,37 Euros em 2023).

O Total dos Fundos Patrimoniais passou de 6.191.422,09 Euros em 2023, para 5.616.774,32 Euros em 2024, essencialmente devido ao Resultado Liquido do Período no valor de 490.080,08 Euros negativos.

#### Participações Financeiras

A Santa Casa da Misericórdia detém, registadas ao custo histórico menos imparidades, as seguintes participações:

- 9.131,03 Euros no Banco Português de Gestão;
- 59,86 Euros na TVI, SA;
- 500,00 Euros na Cooprofar Farmácia Cooperativa dos Proprietários de Farmácia;
- 200,00 Euros na Farminveste 2 SGPS, Unipessoal, Lda.

#### 4.3. Atividades de investigação e desenvolvimento

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda não tem vindo a efetuar atividades relacionadas com investigação e desenvolvimento.





#### 4.4. Principais riscos e incertezas

A atividade da Santa Casa da Misericórdia da Guarda está diretamente dependente das políticas do Estado no âmbito dos Ministérios da Segurança Social, da Educação e da Saúde tanto sob a perspetiva económica como financeira. A existência de financiamentos contratados irá impender sobre o ano de 2024 uma vez que se encontra em curso o pagamento do empréstimo relativo às obras de remodelação do lar na Guarda.

Estamos convictos de que a Instituição está em condições de superar a situação de restrição provocada pelo investimento relativo às obras do Lar na Guarda, entretanto terminadas, sendo expectável algumas alterações positivas significativas em 2025 face ao verificado em 2024.

#### 4.5. Questões ambientais

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda cumpre a legislação aplicável ao seu sector, designadamente no que respeita ao cumprimento de normas ambientais. No que diz respeito ao serviço de tratamento de resíduos sólidos hospitalares perigosos, o mesmo é assegurado pela empresa SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais.

#### 4.6. Questões relativas a trabalhadores

Os Recursos Humanos da Santa Casa da Misericórdia da Guarda encontram-se afetos à Instituição em cumprimento da convenção coletiva de trabalho aplicável ao seu sector e em obediência às normas gerais previstas pelo Código do Trabalho. A política salarial é definida pela Exma. Mesa Administrativa tendo por base o cumprimento do normativo legal e o desempenho verificado.



P

#### 4.7. Existência de Sucursais.

A Santa Casa da Misericórdia Guarda não dispõe de qualquer sucursal ou filial.

#### 4.8. Situação perante a Segurança Social e Estado

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda não apresenta qualquer dívida perante o Estado Português, designadamente no que se refere à Segurança Social e à Autoridade Tributária, apresentando a situação contributiva devidamente regularizada.

#### 4.9. Gestão de Riscos Financeiros

A existência de riscos financeiros será sempre uma situação importante em qualquer entidade. Contudo, considerando que financeiramente a Santa Casa da Misericórdia da Guarda não depende de terceiros e que as entidades clientes apresentam situação financeira estável. A entidade dispõe de condições financeiras adequadas para cumprir os seus compromissos de curto e de médio e longo prazo.

#### 4.10. Negócios entre a Santa Casa da Misericórdia da Guarda e os seus Órgãos Sociais

Não se verificaram negócios entre a Instituição Particular de Solidariedade Social e os seus Órgãos Sociais.

#### 4.11. Rácios

Autonomia Financeira = Fundos Patrimoniais/Ativo = 0,64





O ativo da Santa Casa da Misericórdia da Guarda encontra-se a ser financiado por capitais próprios da Instituição em 64%, o que revela uma boa autonomia financeira por parte da mesma.

**Solvabilidade Geral = Fundos Patrimoniais/Passivo= 1,76** 

A Instituição tem uma ótima solvabilidade, ou seja, capacidade de solver as suas obrigações.

Prazo Médio de Recebimentos = 14 dias

O prazo médio de recebimento das Vendas e Prestações de Serviços da Misericórdia é de 14 dias.

**Prazo Médio de Pagamentos = 104 dias** 

O prazo médio de pagamentos foi, no ano de 2024, de 104 dias.

#### 5. Factos Relevante ocorridos após o final do exercício

Não existem factos ocorridos após o termo do exercício que impliquem referência adicional ou justifiquem informação/alteração das Demonstrações Financeiras.

#### 6. Evolução Futura

No próximo exercício pretende-se continuar a modernização das condições da Instituição e melhorar as condições a todos os utentes da Instituição.

De acordo com as regras de boa gestão que sempre são seguidas, permanecerá o esforço de contenção de custos e aposta na otimização dos recursos já existentes, procurando obter sinergias entre as valências da Instituição.



Contudo, no atual contexto económico, embora nos debatamos com escassez de recursos, considerando igualmente os cortes que têm sido efetuados no setor social pelo Estado em função das suas políticas restritivas e transversais a todos os setores da sociedade, tudo faremos para manter as respostas sociais e outras da Instituição nos atuais padrões, assim como nos mantermos como uma Instituição de referência do distrito.

#### 7. Aplicação de Resultados

Considerando que a Santa Casa da Misericórdia da Guarda encerrou as contas relativas a 2024 com Resultado Líquido negativo, no montante de 490.080,08 Euros (quatrocentos e noventa mil e oitenta euros e oito cêntimos), propõe-se que o referido Resultado Líquido seja integrado na conta "Resultados Transitados".

A Mesa Administrativa

#### Santa Casa da Misericórdia da Guarda BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 500876550 Moeda: (Valores em Euros)

DADATIÇO EN SI DE DELEMBRO DE 2024		Moeda: ( valore	в сш Ещоѕ)
RÚBRICAS		DAT	AS
RUBRICAS	NOTAS	31 DEZ 2024	31 DEZ 2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3,7	7 283 450,09	7 378 589,95
Bens do património histórico e artístico e cultural	3,7	0,00	0,00
Ativos intangíveis	3,6	19 951,93	19 951,93
Investimentos financeiros	3, 16.1	28 756,17	28 756,17
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	1	0,00	0,00
	1 1	7 332 158,19	7 427 298,05
Activo corrente	1 1		
Inventários	2 40	140,000,00	
Créditos a receber	3, 10	140 998,79	133 182,43
Estado e Outros Entes Públicos	3, 16, 3 3, 16.10	80 205,72	63 719,66
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3, 16, 2	20 750,13	41 477,28
Diferimentos	3, 16,5	16 621,50	13 684,50
Outros ativos correntes	3, 16, 4	5 091,41 954 493,56	4 206,96
Caixa e depósitos bancários	3, 4, 16, 7	264 441,62	1 269 932,06
	5,4,10,7	1 482 602,73	728 457,03 2 254 659,92
			2 234 039,92
Total do ativo		8 814 760,92	9 681 957,97
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundes patrimoniais	1 1		
Fundos	2, 16.8	5 290 114,00	5 290 114,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	1 1	0,00	0.00
Resultados transitados	2, 16.8	-1 984 051,21	-1 651 847,88
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	2, 16.8	2 800 791,61	2 885 359,30
		6 106 854,40	6 523 625,42
Resultado líquido do período		-490 080,08	-332 203,33
Total dos fundos patrimoniais		5 616 774,32	6 191 422,09
Passivo		Ī	
Passivo não correpte			
Provisões	3, 12	5 264,42	0,00
Provisões específicas	1 .,	0,00	0,00
Financiamentos obtidos		1 714 249,18	1 885 673,86
Outras dividas a pagar		0,00	0,00
		1 719 513,60	1 885 673,86
Passivo corrente			
Fornecedores	3, 16,9	317 360,90	250 474 00
Estado e Outros Entes Públicos	3, 16, 10	149 791,55	350 474,92 134 124,04
undadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	2, 10, 10	0,00	0,00
Financiamentos Obtidos	3, 16, 7	171 424,68	171 424,68
Diferimentos	3,16, 5	364 968,16	326 008,13
Outros passivos correntes	3, 16, 11	474 927,71	622 830,25
		1 478 473,00	1 604 862,02
otal do passivo		3 197 986,60	3 490 535,88
otal dos fundos patrimoniais e do passivo		8 814 760,92	9 681 957,97

Mesa Administrativa

Coldo Roquerticiu.

Contabilista Certificado

#### Santa Casa da Misericórdia da Guarda DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Moeda

RÚBRICAS	NOTAS	DA	TAS
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes	3, 16	4 841 449,84 €	4 513 991,02 €
Pagamentos de subsídios	1		
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores	3, 16	2 013 012,76 €	-1 821 006,78 6
Pagamentos ao pessoal	3, 14, 16	3 222 362,64 €	-2 924 572,72 6
Caixa gerada pelas operações		-393 925,56 €	-231 588,48 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	3		
Outros recebimentos/pagamentos	3, 16	248 575,75 €	193 017,58 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-145 349,81 €	-38 570,90 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento	F		
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	3, 6, 7	371 061,42 €	-1 714 943,22 €
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	3, 16	- €	-1 648,95 €
Outros ativos	1		
Recebimentos provenientes de:	1		
Ativos fixos tangiveis	- 1		0,00€
Ativos intangiveis			9,00€
Investimentos financeiros		- €	2 004,90 €
Outros ativos			0,00 €
Subsídios ao investimento		320 686,39 €	1 727 633,80 €
Juros e rendimentos similares	16	311,71 €	287,47 €
Dividendos			0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-	-50 063,32 €	13 334,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-		12 00 4,01 0
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		- €	613 119,84€
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações	13		
Outras operações de financiamentos		1	
Pagamentos respeitantes a:	1		
Financiamentos obtidos	-	171 424,68 €	-731 831,68 €
furos e gastos similares	-	97 177,60 €	-8 382,95 €
Dividendos		1	
Redução de fundos		[	
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-268 602,28 €	-127 094,79 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	F	-464 015,41 €	-152 331,69 €
Efeito das diferenças de câmbio	-	-904 DI3/41 C	-132 331,07 C
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período	-	728 457,03 €	880 788,72 €
*	4.16	264 441,62 €	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4, 16	264 441,62 €	728 457,03

O Provedor

O Contabilista Certificado

## Santa Casa da Misericórdia da Guarda DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 500876550

Moeda:	<b>EUROS</b>
TATA CASA C	TOTOD

	2100210	PERÍODO	OS
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS -	2024	2023
Vendas e Serviços prestados	3, 11	4.795.368,51	2.730.421,97
Subsídios, doações e legados à exploração	3, 13, 16.1	47.194,34	1.550.520,29
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3, 10	-1.075.314,20	-1.021.307,79
Fornecimentos e serviços externos	3, 16.14	-837.225,84	-754.512,44
Gastos com o Pessoal	3, 14	-3.220.533,56	-2.977.554,45
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3, 16.3	<b>-4.</b> 511,64	2.861,98
Provisões (aumentos/reduções)	3, 12	-5.264,42	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	3	0,00	0,00
Outros rendimentos	3, 16.15	239.759,62	327.556,10
Outros gastos	3, 16.1, 16	-19.433,88	-15.037,26
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-79.961,07	-157.051,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3, 6, 7	-307.324,85	-167.056,25
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-387.285,92	-324.107,85
Juros e rendimentos similares obtidos	3, 16.17	311,71	287,47
Juros e gastos similares suportados	3, 16.17	-103.105,87	-8.382,95
Resultados antes de impostos		-490.080,08	-332.203,33
Imposto estimado para o período	3	0,00	0,00
Resultado Líquido do período		-490.080,08	-332,283,33

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

F3M - Information Systems, SA

Rua Francisco dos Prazeres, n.º 7 6300-690 Guarda



**Anexo** 

31 de dezembro de 2024



#### Índice

1	Identificação da Entidade4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras4
2.1	Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as
entid	ades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas
e dos	respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de
estas	darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da
entid	ade5
2.2	Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos
conte	rúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:5
3	Principais Políticas Contabilísticas5
3.1	Bases de Apresentação5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração
3.3	Principais pressupostos relativos ao futuro16
3.4	Principais fontes de incerteza das estimativas16
3.5	Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e
em po	eríodos futuros:
3.6	Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos
seus i	mpactos nas demonstrações financeiras do período:17
3.7	Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na
polític	ca contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação
da no	va política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante17
4	Fluxos de Caixa17
5	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:18
6	Ativos Fixos Tangíveis
7	Ativos Intangíveis22
8	Custos de Empréstimos Obtidos24
9	Agricultura24
10	Inventários24
11	Rédito25
12	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
13	Subsídios do Governo e apoios do Governo27
14	Beneficios dos empregados29
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais30



16		
	Outras Informações	30
16.1	Investimentos Financeiros	30
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	31
16.3	Clientes e Utentes	31
16.4	Outras contas a receber	31
16.5	Diferimentos	32
16.6	Outros Ativos Financeiros	32
16.7	Caixa e Depósitos Bancários	32
16.8	Fundos Patrimoniais	33
16.9	Fornecedores	33
16.10	Estado e Outros Entes Públicos	33
16.11	Outras Contas a Pagar	34
16.12	Outros Passivos Financeiros	34
16.13	Subsídios, doações e legados à exploração	34
16.14	Fornecimentos e serviços externos	35
16.15	Outros rendimentos	35
16.16	Outros gastos	
		35
16.17	Outros gastos	35 35
16.17 16.18	Outros gastos	35 35 36
16.17 16.18 16.19	Outros gastos	35 36 de
16.17 16.18 16.19 penho	Outros gastos  Resultados Financeiros  Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor  Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa o	35 36 de
16.17 16.18 16.19 penho 16.20	Outros gastos  Resultados Financeiros  Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor  Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa cor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor	35 36 de 36
16.17 16.18 16.19 penho 16.20 16.21	Outros gastos  Resultados Financeiros  Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor  Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa or e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.  Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:	35 36 de 36
16.17 16.18 16.19 penho 16.20 16.21 financ	Outros gastos  Resultados Financeiros  Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor  Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa or e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.  Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:  Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumento.	35 36 de 36 os
16.17 16.18 16.19 penho 16.20 16.21 financ 16.22	Outros gastos  Resultados Financeiros  Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor  Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa cor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.  Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:  Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumento de confidencia de conhecidos no período para cada natureza de instrumento de confidencia de conhecidos no período para cada natureza de instrumento de confidencia d	35 36 de 36 os 37
16.17 16.18 16.19 penho 16.20 16.21 financ 16.22 super	Outros gastos  Resultados Financeiros  Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor  Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de re termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.  Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:  Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumento de reconhecidos ao justo valor.  Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual se	35 36 36 36 36 37 37
16.17 16.18 16.19 penho 16.20 16.21 financ 16.22 super 16.23	Outros gastos  Resultados Financeiros	35 36 36 36 37 37 37
16.17 16.18 16.19 penho 16.20 16.21 financ 16.22 super 16.23 super	Outros gastos  Resultados Financeiros  Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor  Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor.  Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:  Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumento deiros não mensurados ao justo valor.  Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual se ior a um ano:  Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual se ior a um ano:	35 36 36 36 37 37 37



#### 1 Identificação da Entidade

A "Santa Casa da Misericórdia da Guarda" com o Número de Identificação Fiscal n.º 500876550, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Associação" com estatutos publicados no Diário da República da Série II, com sede em Rua Dr. Francisco dos Prazeres, n.º 7. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- No campo social exerce a sua ação através da prática das catorze obras de Misericórdia, tanto espirituais como corporais, interpretadas à luz da moderna Doutrina Social da Igreja e da cultura da solidariedade e no setor especificamente religioso, sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, que é a sua Padroeira, manterá o culto divino nas suas Igrejas e Capelas e exercerá as atividades que constarem no Compromisso e as mais que vierem a ser consideradas convenientes;
- A ação da Santa Casa visa, particularmente, assegurar aos cidadãos, e em especial aos mais desfavorecidos, a proteção na doença, na invalidez, na velhice, na viuvez, na juventude e na infância;
- No campo cultural, preserva, conserva e divulga o seu património monumental, artístico e documental:
- O âmbito da atividade social da Irmandade não se confina apenas ao campo da chamada segurança social e pode abranger, também, outros meios de fazer bem e, designadamente, os setores da saúde e da educação.

Não existem entidade mãe imediata nem entidade mãe final.

#### 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI).

A STATE OF THE STA

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

2.1 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existiram derrogações às disposições da NCRF-ESNL.

2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Os pressupostos subjacentes, as características qualitativas e os critérios de mensuração adotados a 31-12-2024 são na sua generalidade comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras a 31-12-2023.

#### 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

#### 3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".



#### 3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### 3.1.3 Consistência de apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### 3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### 3.1.5 Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### 3.1.6 Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



## 3.1.7 Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo expectável a alteração significativa deste enquadramento a curto prazo e que possa por em causa a validade das estimativas utilizadas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Poderão, contudo, ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

## 3.2.1 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	5
Outros Ativos Intangíveis	5



O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

## 3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	Entre 5 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

Was -

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

## 3.2.3 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao vaior pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de

produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Deverá ser encetado um trabalho exaustivo do levantamento do património desta natureza, facto que permitirá o adequado reconhecimento do património nestas condições e que neste momento se encontra considerado em outros ativos fixos tangíveis.

#### 3.2.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

#### 3.2.5 Agricultura

Ativos biológicos e produto agrícola

Os ativos biológicos e o produto agrícola colhido dos ativos biológicos são valorizados como segue:



## Ativos biológicos:

No reconhecimento inicial à data do Balanço, pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda. Na impossibilidade de serem valorizados com fiabilidade pelo seu justo valor, os ativos biológicos são valorizados pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada.

# Produto agrícola:

- Pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.
- Os ganhos ou as perdas provenientes do reconhecimento inicial pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, ou de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surja.

## Subsídios governamentais relacionados com os ativos biológicos

- Subsídios não condicionais:
  - Devem ser reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios se tornem recebíveis.

#### Subsídios condicionais:

Devem ser reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas ao subsídio; porém, se o subsídio permitir que parte do mesmo seja retida com base na passagem do tempo, a entidade reconhecerá o subsídio como rendimento numa base proporcional ao tempo.

#### 3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.



Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

#### 3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - o Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - o Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

## Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

## Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será

recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva

inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos

Não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. A eventual existência de descobertos bancários é incluída na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no passivo corrente.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades. Os valores das dívidas a terceiros a pagar no curto prazo e no médio e longo prazo, encontram-se discriminadas no passivo corrente e não corrente, respetivamente.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

×

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:.

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes:
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo; e
- Resultados transitados associados à exploração de anos anteriores.

#### 3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

## 3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

"a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

 b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

No.

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

- "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:
- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2001, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão. Contudo, não é expectável a existência de qualquer contingência associada à revisão de declarações relacionadas com o cumprimento de obrigações fiscais e parafiscais.

## 3.2.11 Passivos Contingentes e Compromissos Contratuais

Não aplicável.



### 3.2.12 Financiamentos obtidos

As dívidas a pagar relativas a financiamentos obtidos encontram-se reconhecidas pelo justo valor, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades. Os valores a pagar de financiamentos obtidos no curto prazo e no médio e longo prazo, encontram-se discriminados no passivo corrente e não corrente, respetivamente.

#### 3.2.13 Diferimentos

Foi adotado o princípio do acréscimo, tendo-se efetuado a imputação de gastos e rendimentos em função do seu período económico, independentemente da data do seu recebimento. As estimativas calculadas baseiam-se na informação mais recente e melhor explicitados na nota 16.5.

3.2.14 Número de Pessoas Cooperantes, Número de Voluntários e de Beneficiários

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda tem 435 Irmãos e 597 utentes em média no ano de 2024

distribuídos da seguinte forma:

Valências	N.º médio de Utentes
Centro de Dia da Guarda	8
Lar na Guarda	54
Lar na Vela	85
CATL - Centro de Atividades e Tempos Livres	38
Creche	35
Jardim	37
Conservatório de música São José da Guarda	304
Unidade de Cuidados Continuados	36
Média Total	597

Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia da Guarda são constituídos pela Mesa da Assembleia Geral com 6 membros, pela Mesa Administrativa com 10 membros e pelo Conselho Fiscal com 6 membros.

## 3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

A política económica da Santa Casa da Misericórdia da Guarda pretende manter quer a continuidade das operações bem como a manutenção das políticas e procedimentos existentes.

# 3.4 Principais fontes de Incerteza das estimativas



As estimativas foram elaboradas com a melhor e mais recente informação disponível para o órgão de gestão, podendo vir a ser objeto de ajustamento em função de informação mais recente e mais fidedigna à data dos acontecimentos.

3.5 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros:

Não aplicável;

3.6 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período:
Não aplicável;

3.7 Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 4 Fluxos de Caixa

O saldo da conta 1210 - Banco Português de Investimento, com o saldo de 11 879,90 euros, refere-se a valores de um utente à guarda da Instituição e que são utilizados para pagamento das mensalidades da utente, uma vez que o saldo resulta de depósitos da mesma. Em caso de falecimento do utente este montante será doado à instituição, sendo que, neste momento é utilizado para pagamento de mensalidades.

Descrição	2024	2023	
Caixa	2 143,78	1 715,40	
Caixa Administração	75,00	31,91	
Caixa - Conservatório	0,00	0,00	
Caixa - Creche e Jardim de Infância	568,78	183,49	
Fundo de Caixa - Sede	0,00	0,00	
Caixa - Farmácia	1 500,00	1 500,00	
Depósitos a Ordem	82 297,84	166 741,63	
Depósito a Prazo	180 000.00	560 000,00	



# 5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Os erros materiais que sejam identificados no período, são considerados na rubrica de resultados transitados conforme disposto na norma aplicável. Os principais factos identificados estão relacionados com erros ao nível das contas correntes que foram corrigidos no presente exercício e que traduzem situações verificadas em períodos anteriores.

Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

# 6 Ativos Fixos Tangíveis

## 6.1. Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo seu custo, o qual compreende o seu preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida.

#### 6.2. Métodos de depreciação usados:

As depreciações foram calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo-se aplicado as taxas máximas e mínimas legalmente em vigor, tal como referenciado na nota 3.1 a.2).

## 6.3. Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

Tal como em exercícios anteriores, foi considerado pelo Conselho de Administração que a vida útil dos ativos fixos tangíveis resultantes da aplicação das taxas máximas e mínimas indicadas, para os bens adquiridos até a entrada em vigor da (NCRF-ESNL - publicada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011), aplicam-se as taxas definidas pelo (POCIPSS - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro), a todos os adquiridos após a entrada em vigor deste diploma aplica-se (Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro), reflete o período durante o qual a empresa espera que os diferentes grupos de ativos estejam disponíveis para uso. As vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas constam de 3.1 a.2).

## 6.4. Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2023, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

	2023						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final	
Custo	0,00					0,00	
Bens Imóveis	0,00					0,00	



Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00

	2023							
Descrição	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	Saldo final				
Custo								
Bens Imóveis								
Arquivos								
Bibliotecas								
Museus								
Bens móveis								
Total	0,00	0,00	0,00	0,00				

No período de 2024, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

	2024								
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final			
Custo	0,00					0,00			
Bens Imóveis	0,00					0,00			
Arquivos	0,00					0,00			
Bibliotecas	0,00	_				0,00			
Museus	0,00					0,00			
Bens móvels	0,00					0,00			
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

	2024							
Descrição	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	Saldo final				
Custo								
Bens Imóveis								
Arquivos								
Bibliotecas								
Museus								
Bens móveis								
Total	0,00	0,00	0,00	0,0				

# **Outros Ativos Fixos Tangíveis**

6.5. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



				2023		
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienaç ões	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	2 578,39	0,00				2 578,39
Edifícios e outras construções	5 345 256,28	0,00				5 345 256,28
Equipamento básico	1 018 001,18	345 048,96				1 363 050,14
Equipamento de transporte	414 779,21	0,00				414 779,21
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	305 906,11	0,00				305 906,11
Outros Ativos fixos tangíveis	16 494,03	0,00				16 494,03
Total	7 103 015,20	345 048,96	0,00	0,00	0,00	7 448 064,16
Depreciações acumuladas					A	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	2 345 112,45	101 224,71				2 446 337,16
Equipamento básico	891 731,55	51 221,33	i)			942 952,88
Equipamento de transporte	276 262,73	14 331,66				290 594,39
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	305 589,61	214,12				305 803,73
Outros Ativos fixos tangíveis	16 494,04	0,00				16 494,04
Total	3 835 190,38	166 991,82			0,00	4 002 182,20

# No 2023 relativamente a perdas de imparidade registaram-se os seguintes movimentos no quadro que se segue:

	2023						
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final			
Custo							
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00			
Edifícios e outras construções	0,00			0,00			
Equipamento básico	0,00			0,00			
Equipamento de transporte	0,00			0,00			
Equipamento biológico	0,00			0,00			
Equipamento administrativo	0,00			0,00			
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00			
Total	0,00	0,00	0,00	0,00			

	2024						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Al ienações	Transferências	Revalorizações	Saldo final	
Custo			7/				
Terrenos e recursos naturais	2 578,39	0,00				2 578,39	
Edifícios e outras construções	5 345 256,28	90 355,20		3 887 272,42		9 322 883,90	
Equipamento básico	1 363 050,14	57 368,97				1 420 419,11	
Equipamento de transporte	414 779,21	64 460,82				479 240,03	
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00	
Equipamento administrativo	305 906,11	0,00				305 906,11	
Outros Ativos fixos tangíveis	16 494,03	0,00				16 494,03	
Total	7 448 064,16	4 099 457,41	0,00	3 977 627,62	0,00	11 547 521,57	
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00	
Edifícios e outras construções	2 446 337,16					2 626 759,58	
Equipamento básico	942 952,88	102 071,84				1 045 024,72	
Equipamento de transporte	290 594,39	24 759,14				315 353,53	
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00	
Equipamento administrativo	305 803,73	89,40				305 893,13	
Outros Ativos fixos tangíveis	16 494,04	0,00				16 494,04	
Total	4 002 182,20	307 342,80			0,00	4 309 525,00	



Importa referir que em 2024, os ativos fixos tangíveis em curso apresentam um saldo de 45.453,52€; repartidos da seguinte forma: 39.467,35€ relativos a edifícios e outras construções do Lar na Guarda e Creche e Jardim de Infância e o restante valor relativo a equipamento básico da Farmácia e Lar na Vela. O saldo inicial desta rubrica era de 3 932 275,94 €; pelo que em 2024 se procedeu à transferência para a rubrica de edifícios e construções no montante de 3 887 272,24 €, reportando estes ao valor da obra do Lar da Guarda, concluído e em início de funcionamento em 2024.

No 2024 relativamente a perdas de imparidade registaram-se os seguintes movimentos no quadro que se segue:

Descrição	2024						
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final			
Custo							
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00			
Edifícios e outras construções	0,00	39 467,35		0,00			
Equipamento básico	0,00			0,00			
Equipamento de transporte	0,00			0,00			
Equipamento biológico	0,00			0,00			
Equipamento administrativo	0,00			0,00			
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00			
Total	0,00	39 467,35	0,00	0,00			

### Outras notas:

Em 2016 por alteração ao normativo contabilístico (NCRF-ESNL - pelo Decreto-lei n.º 98/2015), que deixou de prever a existência de propriedades de investimento, procedeu-se a sua transferência para ativos fixos tangíveis.

Não existem restrições de titularidade a ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

Não há compromissos contratuais de ativos fixos tangíveis.

Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

- A data de eficácia da revalorização;
  - o Não aplicável.
- Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização;
  - Não aplicável.
- Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos neles contidos; e



- Não aplicável.
- A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados:
  - Não aplicável.

# 6.6. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

Não há restrições sobre ativos, nem qualquer garantia ou compromisso constituídos com os ativos fixos tangíveis da Instituição.

## 6.7. Existência de itens do ativo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas

Não há ativos expressos por quantias revalorizadas.

# 7 Ativos Intangíveis

7.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e as suas reversões ou outras alterações:

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2023							
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final		
Custo								
Goodwill	0,00					0,00		
Projetos de	0,00					0,00		
Desenvolvimento								
Programas de Computador	27 581,86	0,00				27 581,86		
Propriedade Industrial	19 784,67					19 784,67		
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00				0,00		
Total	47 366,53	0,00	0,00	0,00	0,00	47 366,53		
Depreciações acumuladas								
Goodwill	0,00					0,00		
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00		
Programas de Computador	27 414,60					27 414,60		
Propriedade Industrial	0,00					0,00		
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00		
Total	27 414,60	0,00	0,00	0,00	0,00	27 414,60		

No 2023 relativamente a perdas de imparidade registaram-se os seguintes movimentos no quadro que se segue:



	2023					
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final		
Perdas por Imparidade Acumulada	S					
Goodwill	0,00			0,00		
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00		
Programas de Computador	0,00			0,00		
Propriedade Industrial	0,00			0,00		
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00		
Total	0,00	0,00	0,00	0,00		

	2024							
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final		
Custo	311							
Goodwill	0,00					0,00		
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00		
Programas de Computador	27 581,86					27 414,60		
Propriedade Industrial	19 784,67					19 784,67		
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00				0,00		
Total	47 366,53	0,00	0,00	0,00	0,00	47 199,28		
Depreciações acumuladas					S:			
Goodwill	0,00					0,00		
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00		
Programas de Computador	27 414,60					27 414,60		
Propriedade Industrial	0,00					0,00		
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00		
Total	27 414,60	0,00	0,00	0,00	0,00	27 414,60		

No 2024 relativamente a perdas de imparidade registaram-se os seguintes movimentos no quadro que se segue:

	2024						
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final			
Perdas por Imparidade Acumulad	as						
Goodwill	0,00			0,00			
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00			
Programas de Computador	0,00			0,00			
Propriedade Industrial	0,00			0,00			
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00			
Total	0,00	0,00	0,00	0,00			

- 7.2. Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida;
  - o Os ativos intangíveis registados pela Instituição correspondem a aquisições ao exterior e são satisfeitos por programas de computador e licenças de utilização das instalações. Pelo efeito, todos os ativos apresentam vidas úteis definidas, sendo a sua amortização calculada com base nos critérios fiscais em vigor, para os bens adquiridos até a entrada



em vigor da (NCRF-ESNL - publicada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011), aplicam-se as taxas definidas pelo (POCIPSS - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro), a todos os adquiridos após a entrada em vigor deste diploma aplica-se (Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro).

7.3. Explicação das situações excecionais em que se justifique a não utilização do prazo máximo de 10 anos para a amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas;
Não aplicável.

# 7.4. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos

Não há restrições sobre ativos, nem qualquer garantia ou compromisso constituídos com os ativos fixos tangíveis da Instituição.

# 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos de empréstimos obtidos somam 102 966,70 €, e estão devidamente refletidos na Demonstração de Resultados.

# 9 Agricultura

Não aplicável.

## 10 Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

		20	23			2024	
Descrição	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	56 281,75	518 822,29	0,00	55 767,39	506 850,38	0,00	61 497,94
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	67 324,11	531 420,50	0,00	77 415,04	576 280,18	0,00	79 500,85
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	123 605,86	1 050 242,79	0,00	133 182,43	1 083 130,36	0,00	140 998,79
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	992 224,82			1 021 307,79			1 075 314,20



Mercadorias	462 812,29	499 130,08	501 119,83
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	529 412,53	522 177,71	574 194,37
Ativo biológicos	0,00	0,00	0,00
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma:

Rubricas	2024	2023
Matérias-primas		
Gêneros Alimentares	8 169,17	24 767,10
Matérias Subsidiárias		
Material Clínico	44 056,88	25 682,00
Material Hoteleiro	12 210,38	19 055,76
Materiais de Consumo - Medicamentos	15 064,42	7 910,18
Embalagens	0,00	0,00
Matérias em Transito	0,00	0,00
Total	79 500,85	77 415, 04

No período não foi registado um ajustamento de inventários reconhecido como um gasto do período e não existe nenhuma importância desta natureza reconhecida.

Não existem inventários dados como penhor de garantia a passivos.

Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada:

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo e os produtos acabados encontram-se valorizadas ao preço de custo, o qual é inferior ao valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.

O sistema de custeio utilizado para a valorizar os inventários das mercadorias e das matériasprimas, subsidiarias e de consumo a 31-12-2024 é o custo médio ponderado.

Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

Não existiu qualquer ajustamento aos inventários do período. Nem foram registadas quaisquer perdas por imparidade no período que reporta ao período de 31-12-2024.

## 11 Rédito



O rédito e restantes rendimentos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a instituição transfere para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens e quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade. No que se refere à prestação de serviços, o reconhecimento do rédito ocorre pelo processamento das mensalidades que se referem aos serviços prestados a utentes. Porém, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantía já incluída no rédito, a quantía incobrável, ou a quantía com respeito à qual a recuperação tenha cessado, é reconhecida como um gasto, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Vendas	666 355,00	651 401,52
Prestação de Serviços	4 129 012,91	2 079 020,45
Quotas de utilizadores	1 435 412,81	1 122 861,63
Quotas e joias	11 417,72	10 726,19
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços Secundários	0,00	10 814,39
Subsídios, doações e legados à exploração	47 194,34	1 550 520,29
Reversões	0,00	4 709,15
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00
Outros Rendimentos	239 777,92	327 559,10
Juros	144,19	206,86
Royalties	0,00	0,00
Outros Rendimentos Similares	167,52	80,61
Total	6 529 482,41	4 613 449,53

Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Não aplicável.

# 12 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

## **Provisões**

Nos períodos de 2023 e 2024, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2022	Aumentos	Diminuições	2023
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00



Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

As quantias reconhecidas como provisão quando relevadas, representam a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar as obrigações presentes à data do Balanço. Não existem situações que alterem materialmente o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

**Passivos contingentes** 

Não aplicável.

**Ativos contingentes** 

Não aplicável.

<u>Fundos permanentes por modalidade associativa das Mutualidades e do património líquido</u>
Não aplicável.

# 13 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios ao investimento do Governo encontram-se apresentados no balanço como componente do capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das amortizações efetuadas, em cada período, conforme mapa anexo.

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

	2023						
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Utilização	Saldo Final			
Subsídios do Governo							
POEFDS - Saude XXI	196 159,35		-5 686,47	190 472,88			
IFADAP - Pro Raia	0,00		0,00	0,00			
Fundo de Socorro Social	84 619,07		-1 941,55	82 677,51			
Total	280 778,42	0,00	-7 628,02	273 150,39			
Apoios do Governo							
Programa PARES 3.0	1 838 406,00	544 708,00	0,00	2 383 114,00			
Total	1 838 406,00	544 708,00	0,00	2 383 114,00			
Outros							
Doações	229 094,91			229 094,91			
Fundação Montepio Geral	3 846,95	0,00	- 3 846,95	0,00			



Iniciação profissional e prática Ensino Superivisonal	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	232 941,86		- 3 846,95	0,00
Total	2 352 126,28	0,00	- 11 474,97	2 885 359,30 €

	2024			
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Utifização	Saldo Final
Subsídios do Governo				
POEFDS - Saúde XXI	190 472,88	4	-11 474,98	178 997,90
Fundo de Socorro Social	82 677,51		-1 941,56	80 735,95
Total	273 150,39	0,00	-13 416,54	259 733,85
Apoios do Governo				
Programa PARES 3.0	2 383 114,00	0,00	- 71 151,15	2 311 962,85
Total	2 383 114,00	0,00	-71 151,15	2 311 962,85
Outros				
Doações	229 094,91			229 094,91
Fundação Montepio Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
Iniciação profissional e prática Ensino Superivisonal	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	229 094,91		0,00	229 094,91
Total	2 885 359,30 €	0,00	- 84 567,69	2 800 791,61 €

No exercício de 2024 não foram atribuídos donativos a esta instituição.

Descrição	2024	2023
Donativos		
Donativos por Obrigação Judicial	0,00	0,00
Em numerário	0,00	2 000,00
Em espécie	0,00	0,00
Total	0,00	2 000,00

Ao nível do capital próprio, as doações registadas são as mesmas que as verificadas em períodos anteriores, a saber:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Utilização	Saldo Final
Doações				
Philips Portuguesa	448,92			448,92
Carlota Zulmira Vitorino	2 225,36			2 225,36
CRSS Centro	2 819,02			2 819,02
José F. Martins	22 466,47			22 466,47
Adriano Vasco Rodrigues	19 951,92			19 951,92
Grupo Vitalino, SA	339,00			339,00
Maria Jose Almeida Flor de Carvalho	179 630,24	0,00		179 630,24
Outros	1 213,98			1 213,98
Total	229 094,91	0,00	0,00	229 094,91

Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades. Não aplicável



# 14 Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem os salários, ordenado, eventuais retribuições por trabalho extraordinário, subsídio de férias, subsídio de natal e abonos para falhas. Encontram-se ainda incluídas as quotizações para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas nos gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue pelo seu pagamento.

Tendo por base a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, uma vez que este é coincidente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo pago durante o período seguinte, pelo que os correspondentes gastos encontramse reconhecidos como um benefício de curto prazo.

A eventual existência de rescisões de contratos de trabalho por decisão da Instituição ou por mútuo acordo, são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

Os membros da Mesa Administrativa da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de 185 e em 31/12/2023 foi de 187.

Não existem compromissos em matéria de pensões ou análogos.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	2 659 696,77	2 453 809,22
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	543,66	5 431,13
Encargos sobre as Remunerações	526 190,51	491 973,56
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	32 498,76	24 276,24
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1 603,86	2 064,30
Total	3 220 533,56	2 977 554,45

Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não aplicável



# Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

- Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia;
  - o Não aplicável.
- Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria; e
  - Não aplicável.
- 10. Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.
- 10.2. Não aplicável.

# 15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

# 16 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

# 16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros", registados de acordo com o Método da Equivalência Patrimonial ou ao custo:

Descrição	2024	2023
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	175 277,47	175 277,47
Outros investimentos financeiros	18 865,28	18 865,28
Perdas por Imparidade Acumuladas	- 165366,58	-165 386,58
Total	28 756,17	28 756,17



# 16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	61 349,00	58 412,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-44 727,50	-44 727,50
Total	16 621,50	13 684,50
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

# 16.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Os ativos financeiros da empresa, constituídos por dívidas de clientes e outras contas a receber estão mensurados ao custo menos qualquer perda de imparidade acumulada.

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	13 920,95	5 790,95
Utentes	65 103,10	57 055,81
Total	79 024,05	62 846,76
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring	*	
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	872,90	872,90
Utentes	97 190,09	92 678,45
Total	177 087,04	156 398,11

Nos períodos de 2024 e 2023 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

2023		2024			
Saldo Final	Saldo Inicial	Reforço/diminuição	Saldo Final	Reforço/diminuição	Saldo Final
Clientes	14 270,42	0,00	14 270,42	0,00	14 270,42
Utentes	81 270,01	2 861,98	78 408,03	4 511,64	82 919,67
Total	95 540,43	2 861,98	92 678,45	4 511,64	97 190,09

# 16.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição, registadas ao custo:



Descrição	2024	2023
Remunerações a pagar ao pessoal	166,02	254,54
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Fornecedores c/c	308,77	0,00
Adiantamentos a Fornecedores c/c	16 331,12	16 331,12
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	5 006,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	125 960,45	154 673,52
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	812 022,00	1 093 666,88
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	954 788,36	1 269 932,06

Relativamente ao valor de "outros devedores" as principais entidades devedoras são as seguintes:

Entidade	2024	2023
Administração Regional de Saúde do Centro	138 460,48	108 693,82
Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	32 703,84	243 830,00
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	11 968,88	9 812,17
Programa Pares 3.0	334 793,81	655 480,20
Outras entidades	20 817,17	75 850,69
Total	538 744,18	1 093 666,88

# 16.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a Reconhecer		
Seguros		
Outros	5 091,41	4 206,96
Tota	5 091,41	4 206,96
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas	300,00	900,00
Subsídios à Exploração	364 668,16	325 108,13
Outros Subsídios à Exploração)	0,00	0,00
Total	364 968,16	326 008.13

# 16.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável.

# 16.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	2 143,78	1 715,40
Depósitos à ordem	82 297,84	166 741,63
Depósitos a prazo	180 000,00	560 000,00
Outros		
Total	264 441,62	728 457,03



## 16.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	5 290 114,00	0,00	0,00	5 290 114,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-1 651 847,88	0,00	332 203,33	- 1 984 051,21
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros - MEP	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros não atribuídos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 885 359,30	0,00	84 567,69	2 800 791,61
Resultado líquido do período	-332 203.33		490 080,08	-490 080.08
Total	6 191 422,09	0,00	906 851,10	5 616 774,32

Nos Resultados Transitados, as alterações no valor de 332 203,33 Euros justificam-se da seguinte forma:

Descrição	Valor
Transferência do Resultado Líquido Ano anterior	332 203,33
Outras variações de resultados transitados	0,00
Total	332 203,33

## 16.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	317 360,90	350 474,92
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	317 360,90	350 474,92

# 16.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	20 750,13	41 477,28
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	20 750,13	41 477,28
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7 193,25	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	22 550,00	25 775,09
Segurança Social	116 112,79	103 696,49
Caixa Geral de Aposentações	3 935,51	4 652,46
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	149 791,55	134 124,04



# 16.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	202	4	202	3
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		7 917,96		1 014,22
Cauções		0,00		0,00
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Clientes e Utentes c/c		5 321,44		3 234,63
Adiantamentos de Clientes e Utentes		35,50		35,50
Fornecedores de Investimentos		280,94		159 177,37
Credores por acréscimo de gastos		456 558,72		450 256,31
Outros credores		4 813,15		9 112,22
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Clientes e Utentes de cobrança duvidosa		0,00		0,00
Associados cobrança duvidosa		0,00		0,00
Outras contas a pagar		0,00		0,00
Total	0,00	474 927,71	0,00	622 830,25

O saldo da conta remunerações a pagar resulta de quantias que efetivamente eram devidos aos funcionários a regularizar em 2024.

O saldo da conta Fornecedores de investimentos de 280,94 euros subdivide-se em:

Fornecedor	2024	2023	Observações
Auticom	0,00	4 224,44	
Finiclasse 2000	255,94	0,00	
Traçoinox Lda	0,00	67 955,42	
Manuel J. A. Gomes - Estruturas Metálicas, Lda	0,00	0,00	
SASTI, Lda	0,00	1 418,56	
Não identificado	25,00	0,00	
Galbilec	0,00	1 143,90	
Augusto Costa Nunes, Unipessoal Lda	0,00	3 714,60	
António Saraiva & Filhos	0,00	78 365,00	
EFS – Engenharia e fiscalização	0,00	2 355,45	
Promeicentro	0,00	0,00	
Total	280,94	159 177,37	

## 16.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

# 16.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	46 194,34	1 550 520,29
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	1 000,00	0,00



Legados		0,00	0,00
	Total	47 194,34	1 550 520,29

# 16.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	261 450,61	209 856,55
Materials	29 114,96	26 050,98
Energia e fluidos	427 128,88	335 957,70
Deslocações, estadas e transportes	8 841,12	7 679,52
Serviços diversos	107 185,15	161 436,63
Encargos de Saúde com os utentes	3 505,12	13 531,06
Publicações	0,00	0,00
Total	837 225,84	754 512,44

# 16.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	49 862,27	196 261,55
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 488,13	2 192,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	100 988,26	95 469,16
Outros rendimentos	87 436,41	33 636,39
Total	239 775,07	327 559,10

# 16.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	1 644,16	271,86
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	17 789,72	14 765,40
Total	19 433,88	15 037,26

# 16.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		



Resultados Financeiros	- 102 794,16	- 8 670,42
Total	311,71	287,47
Outros Rendimentos similares	167,52	80,61
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Juros obtidos	144,19	206,86
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	103 105,87	8 382,95
Outros gastos e perdas de financiamento	103 105,87	8 382,95
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00

## 16.18 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

- 11. Cotação de mercado (instrumentos negociados em mercado líquido e regulamentado);
  - o Não aplicável.
- 12. Principais pressupostos subjacentes aos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, utilizados para a mensuração dos instrumentos financeiros relativamente aos quais não é facilmente identificável um mercado líquido e regulamentado;
  - o Não aplicável.
- 13. Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas no capital próprio, para cada categoria de instrumentos financeiros: e
  - Não aplicável.
- 14. Volume e natureza de cada categoria de instrumentos financeiros derivados, principais modalidades, e condições que possam afetar o montante, o calendário e o grau de certeza dos fluxos de caixa futuros.
- 14.2. Não aplicável.
- 16.19 Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

Não aplicável.

## 16.20 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

- 15. Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos; e
  - Não aplicável.
- 16. Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.
- 16.2. Não aplicável.



16.21 Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Não aplicável;

- 16.22 Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:
- 17. Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;
  - Não aplicável;
- 18. Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;
  - o Não aplicável;
- 19. Outros créditos;
  - o Não aplicável;
- 20. Capital subscrito e não realizado;
  - Não aplicável;
- 21. Diferimentos.
- 21.2. Não aplicável;
- 16.23 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:
- 22. Empréstimos por obrigações;
  - Não aplicável;
- 23. Dívidas a instituições de crédito;
  - A entidade apresenta a 31/12/2024 um passivo financeiro de 1.714 249,18 € ao banco Santander, resultante do Instrumento Financeiro para a reabilitação e Revitalização Urbana, doravante designada de "IFRRU" 2020.
- 24. Adiantamentos recebidos sobre encomendas;
  - Não aplicável;
- 25. Dívidas por compras e prestações de serviço;
  - o Não aplicável;
- 26. Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;
  - o Não aplicável;
- 27. Dívidas a entidades subsidiárias e associadas:
  - Não aplicável;
- 28. Outras dívidas;

Não aplicável;

29. Diferimentos.

29.2. Não aplicável;

# 16.24 Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

30. Quantias dessas operações e natureza da relação com a parte relacionada; e

Não aplicável.

31. Outras informações sobre as operações necessárias para apreciar a posição financeira da entidade (divulgação limitada às operações contratadas com fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros e com membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão da entidade).

31.2. Não aplicável.

# 17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Guarda, 21 de maio de 2025

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa